



RELATÓRIO DE GESTÃO

Associação Carapeços Solidário

ANO: 2025

ÍNDICE

1 - Introdução	3
1.1 - Órgãos Sociais	3
1.2 - Respostas Sociais	3
2 - Enquadramento Económico	4
2.1 - A Nível Internacional e Europeu	5
2.2 - A Nível Nacional	8
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira	9
4 - Proposta de Aplicação dos Resultados	13
5 - Expetativas Futuras	13
5.1 - Cenário macroeconómico	13
5.2 - Cenário Interno	16
5.3 - Evolução previsível da sociedade	17
6 - Outras Informações	17
7 - Considerações Finais	17

1 - Introdução

A Associação Carapeços Solidário, com sede social em Rua da Fariota, n.º 390 4750-376 Carapeços, com um capital social de 0,00 €, tem como atividade principal Atividades de ação social para pessoas idosas, sem alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2025.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Associação Carapeços Solidário, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

1.1 - Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais para o mandato 2024-2028 têm a seguinte composição:

Direção:

- **Presidente** - Armindo Manuel Costa Vilas Boas
- **Vice-Presidente** - Vítor Manuel Arantes Pombo
- **Tesoureiro** - Sandra Cristina Marques Andrade
- **Secretário** - Débora Cristina Martins da Fonseca
- **Vogal** - Manuel Barbosa Silva
- **1º Suplente** - Maria da Aparecida Costa Almeida
- **2º Suplente** - Nelson Joel Arantes Correia
- **3º Suplente** - Marina Filipa Novais Almeida

Mesa da Assembleia Geral:

- **Presidente** - Hélder Duarte Grácio Tomé
- **1º Secretário** - José Correia Andrade
- **2º Secretário** - Maria Conceição Sousa Fernandes

Conselho Fiscal

- **Presidente** - Isabel Maria Fernandes Duarte Pinto
- **1º Secretário** - Elisabete Conceição Pereira Alves
- **2º Secretário** - Águeda Puga Palma Torres Araújo
- **1º Suplente** - Maria Inês Pereira Arantes
- **2º Suplente** - Rui Manuel Fernandes Figueiras

1.2 - Respostas Sociais

Resposta Social	Capacidade	Acordo	Comparticipação Segurança Social	N.º Médio Utentes	Custo médio/Utente
Centro de Convívio	6			6	143,54
Centro de Dia	20	16	181,48	19	529,09
Serviço de Apoio Domiciliário	30	24	373,37	27	612,92

A Associação Carapeços Solidário ACS é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) fundada a 14 de Setembro de 2015 e tem como objetivos exercer atividades de ação social, de promoção de saúde e de ação cultural e recreativa mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção de bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, prestando apoio aos grupos etários mais vulneráveis, através do funcionamento do Gabinete de Ação Social e das respostas sociais de Centro de Convívio, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Respostas Sociais

Centro de Convívio

O Centro de Convívio reabriu em 2023 e tem no momento 6 utentes, das freguesias de Carapeços, Tamel Santa Leocádia, Vila Frescainha São Martinho. Esta é uma resposta social que está novamente a ter procura por parte de utentes e famílias para a participação do Plano de Atividades da instituição, da parte da tarde. Caso seja intenção é disponibilizado transporte.

Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida em equipamento social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, facilitando a sua integração social e a manutenção das suas competências, combatendo a solidão e promovendo a sua autonomia física e neurológica. Apresenta-se como uma resposta útil para os séniores que, embora tendo uma boa retaguarda familiar, procuram uma forma de se sentir acompanhados e ativos.

Quanto à caracterização dos utentes do CD, verifica-se que na sua maioria são do sexo feminino e a faixa etária varia entre os 60 e os 95 anos.

Para a concretização dos seus objetivos, o CD funciona de segunda a sexta-feira entre as 7h30 e as 18h30. Atualmente dá resposta a 20 utentes, a capacidade máxima da resposta, e tem durante todo o ano lista de espera. De referir que 80% da capacidade, ou seja, 16 utentes, estão abrangidos pelo Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Os serviços prestados pelo Centro de Dia incluem:

- Alimentação;
- Cuidados de higiene pessoal e imagem;
- Tratamento de roupa;
- Cuidados de saúde básicos;
- Preparação e administração de medicação;
- Apoio social;
- Articulação com os serviços locais de saúde;
- Atividades de animação e socialização (ginástica, boccia, música, passeios, convívios inter-institucionais, entre outros);
- Acompanhamento a consultas no exterior e apoio psicossocial.
- Transporte.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O SAD da ACS tem como missão a prestação de cuidados individualizados e personalizados com qualidade, eficiência e dinamismo, no domicílio para que as pessoas permaneçam no seu lar, com qualidade e conforto garantido. Iniciou-se este serviço em 2019, tendo atualmente 23 utentes e capacidade para 30. Esta é uma resposta social de extrema importância e que tende a evoluir ao longo dos anos.

2 - Enquadramento Económico

Do ponto de vista económico, o ano de 2025 foi um período de crescimento estável, mas contido, após uma fase de choques inflacionistas e de reconfiguração do comércio.

A conjuntura internacional foi profundamente influenciada pelo primeiro ano de governação de Donald Trump, que introduziu novos focos de incerteza económica e comercial. As orientações iniciais da nova administração norte americana contribuíram para um ambiente internacional mais volátil e disruptivo, reforçando a perceção de que o mundo atravessa uma transição para uma nova ordem global.

A publicação World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 2026, descreve uma economia global surpreendentemente resiliente, apesar de enfrentar forças divergentes. Entre estas, mantiveram-se fatores de instabilidade externos, como a continuação da guerra na Ucrânia, sem sinais claros de resolução, e a intensificação das tensões no Médio Oriente, em particular envolvendo Gaza, Israel e Irão. Estes desenvolvimentos contribuíram para riscos ascendentes ao nível energético, comercial e financeiro.

No plano dos preços, a desinflação avançou e, em várias economias desenvolvidas, os bancos centrais puderam abrandar o ciclo restritivo. Ainda assim, o FMI nota que a inflação pode revelar-se mais persistente em alguns países e que a subida anterior de tarifas e a incerteza de políticas continuam a moldar o quadro macroeconómico. O impulso de investimento ligado à Inteligência Artificial (IA) deverá ser também um fator novo a monitorizar, com potenciais ganhos de produtividade, mas também risco de correção de mercado.

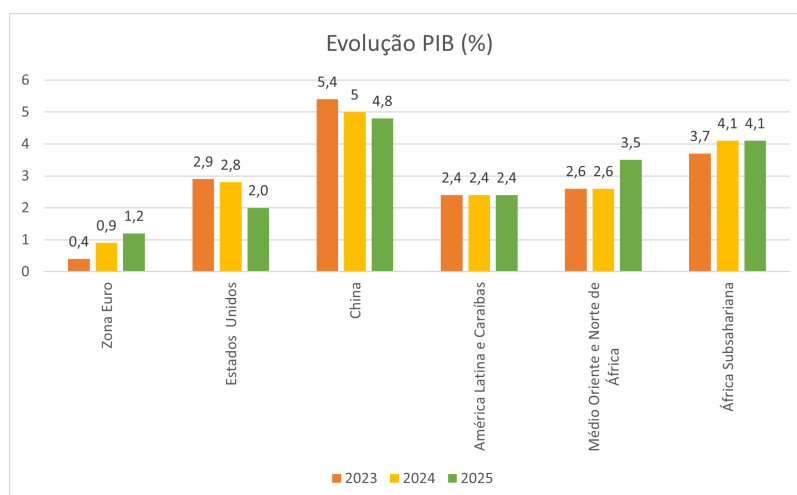
Relativamente ao mercado de trabalho, a International Labour Organization (ILO) estimou, para 2025, uma taxa de desemprego global de 4,9%, sem alteração relativamente a 2024, mas identificou uma estagnação na qualidade do emprego e uma recuperação incompleta dos salários reais face ao choque inflacionista, bem como, desigualdades persistentes, sobretudo para jovens e mulheres.

2.1 - A Nível Internacional e Europeu

Mundo

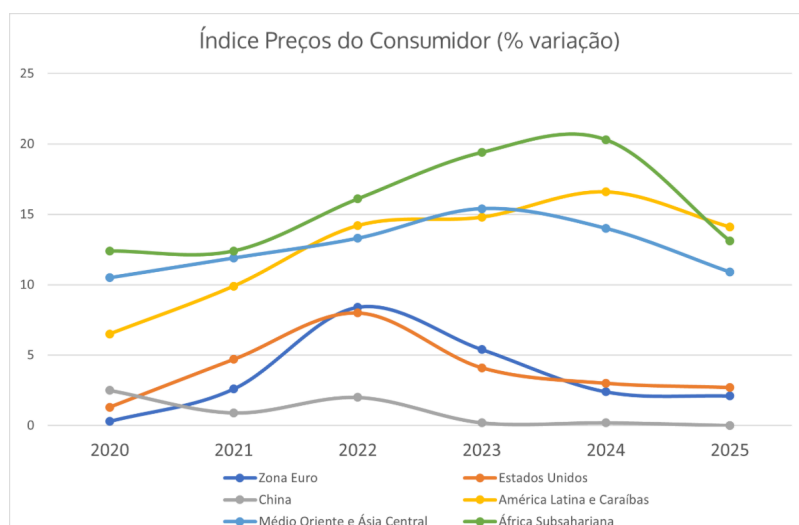
Tanto o FMI como o World Bank convergiram no reconhecimento de um cenário de crescimento moderado e de maior incerteza política, considerando que, em 2025, como reação ao choque tarifário, o mundo acelerou as suas cadeias de abastecimento.

Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desagregados pelas principais regiões do mundo.



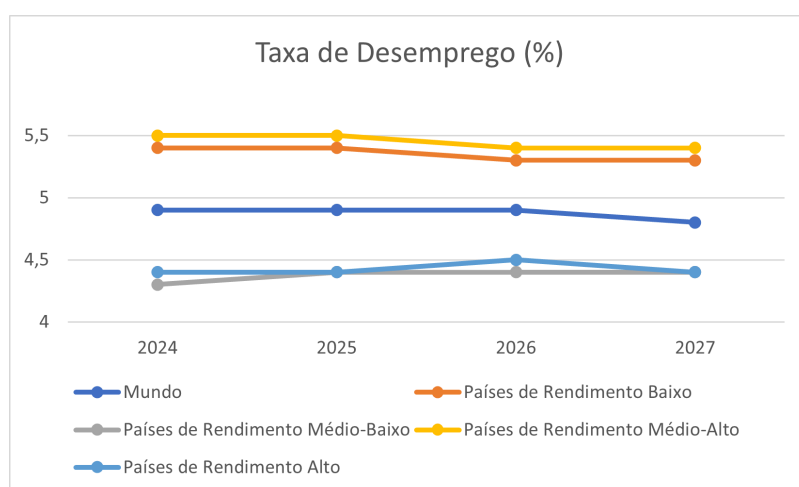
Fonte: Dados estimados FMI a outubro 2025

A inflação global continuou a descer no agregado das economias avançadas. Não obstante, o FMI alertou para os riscos associados a choques de oferta, aos preços da energia e a possíveis pressões políticas sobre a independência dos bancos centrais.



Fonte: Dados estimados FMI a outubro 2025

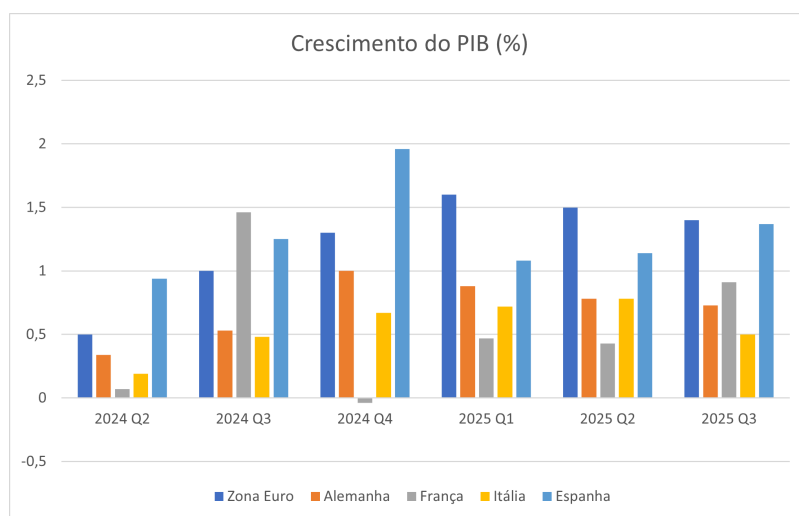
Relativamente aos salários, o novo relatório da ILO de 2026 indica que, apesar do desemprego se manter estável, a qualidade dos empregos não recuperou e os ganhos salariais reais ainda não compensaram totalmente as perdas de poder de compra anteriores. O desemprego jovem agravou-se em 2025 para 12,4% à escala global.



Fonte: Dados estimados ILO em janeiro de 2026

Europa

Em 2025, a Zona Euro continuou a mostrar recuperação moderada, sustentada por um abrandamento da inflação e por alguma melhoria da procura interna, ainda que com assimetrias entre países. As projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apontam para um crescimento do PIB da Zona Euro de 1,3% em 2025, suportado por consumo privado em recuperação e pelo acesso ao crédito gradualmente mais favorável.



Fonte: Dados do Banco Central europeu de dezembro de 2025

A inflação, na Zona Euro deverá continuar a convergir para os 2% durante a segunda metade do ano, em linha com a tendência já apresentada durante o ano.

A OCDE antecipa a continuidade do processo de desinflação, nas economias avançadas, com a maioria dos países a aproximar se das metas definidas pelos respetivos bancos centrais. A normalização dos preços dos bens e da energia, juntamente com a moderação dos custos do trabalho, sustenta esta convergência para a meta de 2% em 2025.

Este organismo realça ainda que, a eliminação gradual de medidas orçamentais extraordinárias e o recuo das políticas restritivas podem trazer algum alívio das condições financeiras, apoiando a procura interna na Zona Euro.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego da Zona Euro manteve-se historicamente baixa em 2025. O Eurostat reportou uma taxa de desemprego de 6,3%, com o desemprego jovem a recuar ligeiramente para os 14,6%, evidenciando uma estabilização do mercado juvenil.

Desagregando o indicador do desemprego por género, em novembro de 2025, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,2% na UE e a taxa de desemprego dos homens foi de 5,8%. Na Zona Euro, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,5%, e a taxa de desemprego dos homens situou-se em 6,1%.

Principais Mercados Estrangeiros

China

A OCDE prevê que a economia chinesa cresça 4,7% em 2025, com consumo ainda condicionado por poupanças elevadas e pela correção no setor imobiliário.

O investimento imobiliário continuará a cair, enquanto as exportações serão afetadas por novas tarifas dos EUA. A inflação permanecerá muito baixa, e a política fiscal será expansionista, impulsionada por um grande estímulo e por um programa de retoma para empresas.

EUA

A Comissão Europeia e Banco Central Europeu (BCE) estimaram para os EUA uma taxa de desemprego de cerca de 4,2 % para 2025.

A OCDE alertou, durante 2025, que os EUA enfrentarão défices orçamentais elevados durante vários anos, com uma dívida pública crescente, requerendo um ajuste fiscal significativo. Este organismo, projetou que o PIB dos EUA atinja um crescimento de 2%.

Segundo a informação publicada pelo U. S. Department of Labor, em janeiro de 2026, a inflação anual atingiu em dezembro de 2025 os 2,7%, impulsionada pelos custos mais elevados das importações devido às tarifas.

2.2 - A Nível Nacional

O Banco de Portugal projeta para 2025 um crescimento do PIB de 2,0%, acelerando depois em 2026 com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da melhoria das condições financeiras.

O consumo das famílias continua a beneficiar da desaceleração da inflação, de ganhos no rendimento disponível e da descida gradual das taxas de juro. A OCDE e a Comissão Europeia (CE) antecipam que esta normalização sustente 2025. O consumo público mantém um contributo positivo, também alavancado por fundos europeus e execução de investimento público.

Em 2025, algumas empresas portuguesas beneficiaram de condições de financiamento mais favoráveis e do impulso proporcionado pela execução do PRR, relativamente a anos anteriores.

O PRR tem impulsionado a economia portuguesa ao dinamizar o investimento privado, através de instrumentos de capitalização e apoio à inovação, reforçando o tecido produtivo nacional. Estes mecanismos têm tido impacto direto na produtividade e na estrutura empresarial, contribuindo para melhores resultados macroeconómicos. Simultaneamente, o PRR tem aumentado o investimento público, apoiando a recuperação económica pós pandemia, sobretudo entre 2022 e 2024.

Segundo a OCDE, as exportações portuguesas mantêm bons níveis de desempenho. Existe, no entanto, um elevado grau de incerteza em relação ao futuro face à crescente instabilidade do contexto internacional e à forte exposição de alguns setores ao mercado dos EUA. No entanto, quando analisamos o seu impacto no PIB, o cenário não é tão positivo, uma vez que o peso das exportações de 46,5%, em 2024, diminuiu para 44,4%, no primeiro semestre de 2025.

Adicionalmente, segundo a análise da Associação Empresarial de Portugal (AEP), o crescimento registado nos primeiros nove meses do ano foi influenciado fortemente pela antecipação de encomendas de clientes europeus, motivada por uma expectativa de condições internacionais adversas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), na divulgação de 10 de dezembro de 2025, referente a outubro de 2025, as importações de bens diminuíram 3,0% em termos homólogos.

De acordo com o Banco de Portugal, registou-se um crescimento do emprego de 1,9% na primeira metade de 2025. O maior crescimento da atividade económica e do emprego foi registado no sector dos serviços, uma área da económica aparentemente menos volátil.

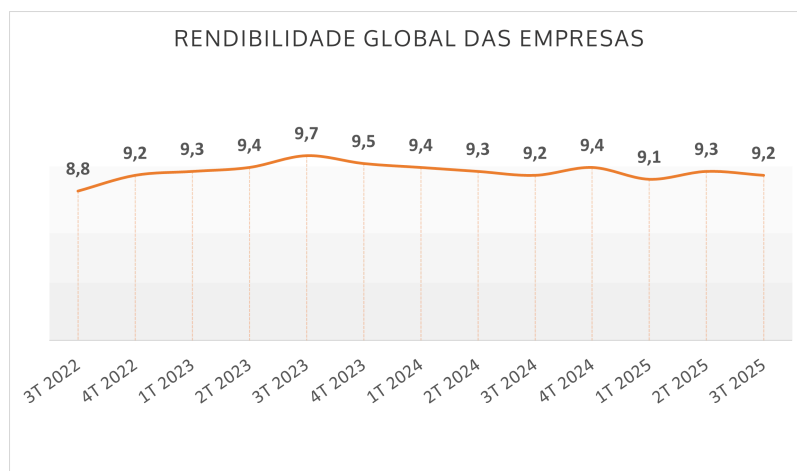
Outro setor de relevante na economia portuguesa é o da habitação. Este mercado não aparenta estar a ser penalizado pelo atual contexto de incerteza. A procura alta e a diminuição das taxas de juro, traduziram-se num crescimento de 17%, na primeira metade de 2025, face ao período homólogo, com o número de transações de imóveis a subir 20%.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas adotadas pelo Governo, em anos anteriores, de apoio à compra através de isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias.

A procura interna continua a sustentar o crescimento do PIB. O aumento dos salários e o suplemento extraordinário de pensões pago em setembro, bem como, as reduções das taxas de IRS, conduziram a um aumento do rendimento disponível, que terá sido um

fator importante no nível de consumo interno.

A rentabilidade das empresas manteve-se estável ao longo de 2025, encontrando-se no terceiro trimestre de 2025 nos 9,2%, um valor em linha com o período homólogo de 2024.



Fonte: Dados do Banco de Portugal de janeiro de 2026

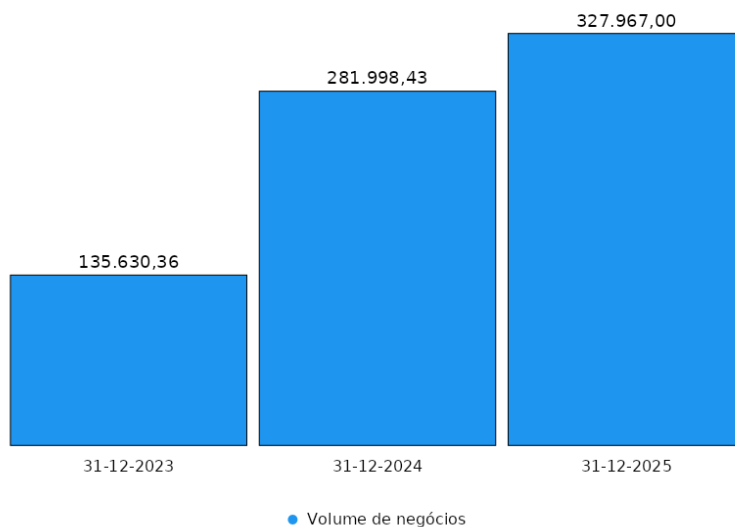
O Governo estima, na sua previsão oficial, uma dívida pública para 2025 de 90,2% do PIB, um valor menor face aos 93,6% atingidos em 2024, segundo os dados do INE.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

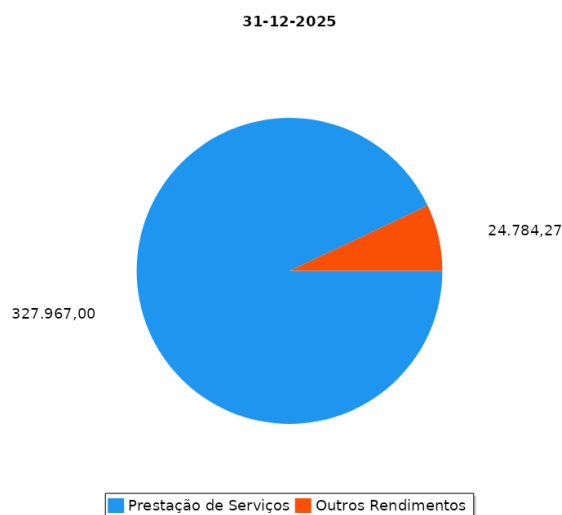
No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Instituição.

De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 327.967,00 €, representando uma variação de 16,30% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:

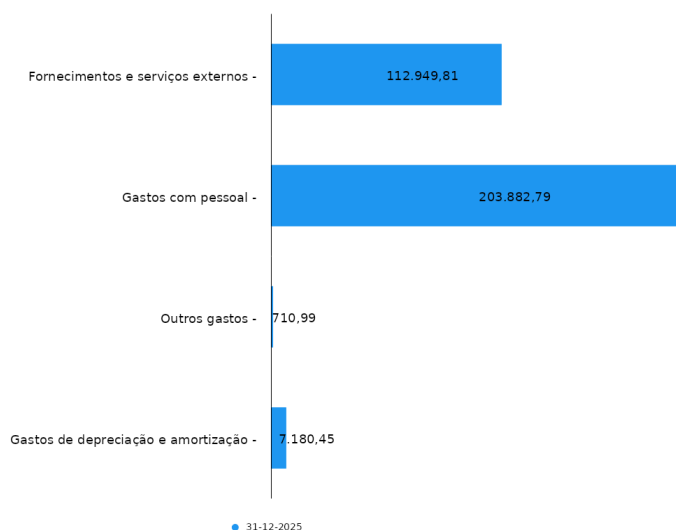


A estrutura dos rendimentos encontra-se distribuída do seguinte modo:

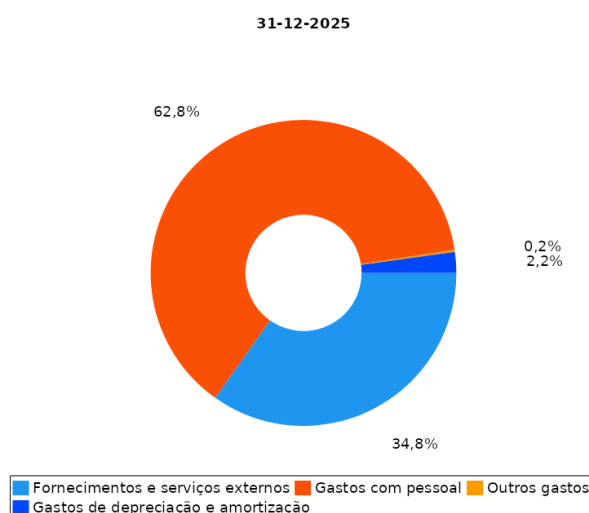


As Prestações de Serviços incluem as Mensalidades Recebidas dos Utentes e os Acordos de Cooperação relativos às respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Relativamente aos custos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura:



Abaixo representa-se o peso relativo de cada uma das naturezas de gastos incorridos no total dos custos da entidade:



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

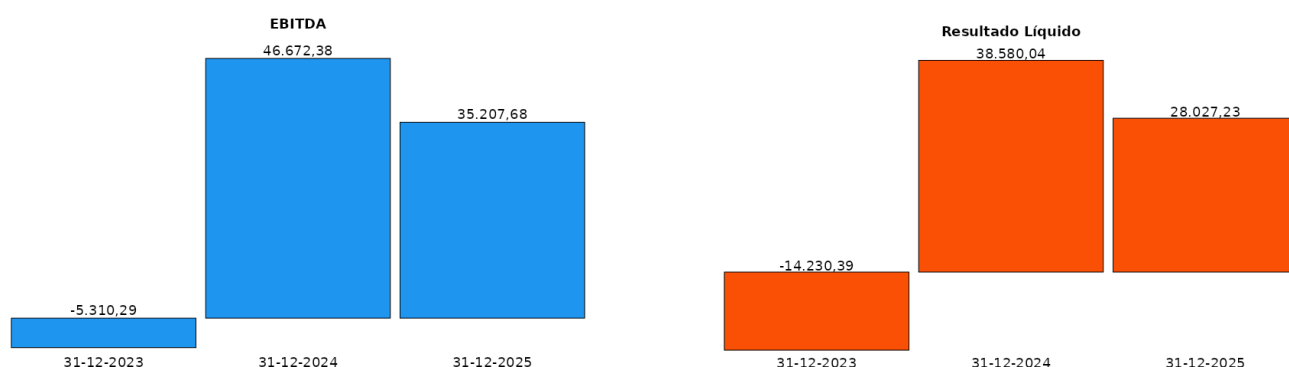
Itens	PERÍODO		
	31-12-2023	31-12-2024	31-12-2025
Gastos com Pessoal	143.245,61	156.871,05	203.882,79
Nº Médio de Pessoas	9,00	12,00	10,00
Gasto Médio por Pessoa	15.916,18	13.072,59	20.388,28

Os Gastos com Pesssoal apresentam no ano de 2025 o valor de 203.882,79 que representam cerca de 63% da totalidade dos Gastos.

Na seqüência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes

Direção

valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	31-12-2023	31-12-2024	31-12-2025
Ativo não corrente	23.690,81	27.642,12	23.583,80
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	63,81%	38,87%	18,41%
Ativo corrente	13.438,61	43.481,67	104.516,73
<i>Percentagem ativo corrente</i>	36,19%	61,13%	81,59%
Total ativo	37.129,42	71.123,79	128.100,53
Capital Próprio	6.179,76	41.791,05	93.151,61
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	16,64%	58,76%	72,72%
Passivo corrente	30.949,66	29.332,74	34.948,92
<i>Percentagem passivo corrente</i>	83,36%	41,24%	27,28%
Total Capital Próprio e Passivo	37.129,42	71.123,79	128.100,53

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Associação Carapeços Solidário no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 28.027,23€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO 31-12-2025
Resultados Transitados	28.027,23
Total	28.027,23

5 - Expetativas Futuras

5.1 - Cenário macroeconómico

Mundo

O FMI projeta que o crescimento mundial se mantenha estável nos 3,3% em 2026 e nos 3,2% em 2027, alinhado com o ritmo estimado para 2025, salientando que o impacto das novas tarifas comerciais foi, até agora, menos severo do que se receava, mas que os riscos existentes parecem indicar um novo decréscimo.

O World Bank sublinhou, na sua publicação de janeiro de 2026, que a economia global mostrou em 2025 uma resiliência, apoiada em adiantamento de trocas comerciais, ajustamentos de cadeias de valor e condições financeiras mais fáceis; esperando, porém, uma moderação do ritmo à medida que esses apoios se esbatem.

Este organismo, estimou que a inflação global deverá continuar a descer gradualmente, passando de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026, e que estabilizará nos 3,4% em 2027, com trajetórias diferentes entre países. Nos Estados Unidos, o retorno à meta dos 2% deverá ser mais lento do que noutras grandes economias, enquanto na área do euro a inflação deverá manter-se próxima desse valor já durante 2026.

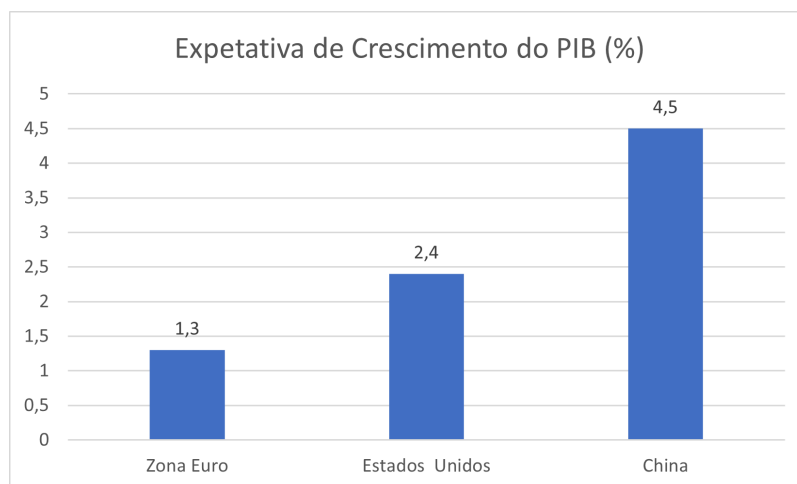
Apesar da evolução favorável da inflação, o FMI nota que os riscos para a economia global continuam elevados. Uma eventual reavaliação em baixa do potencial transformador da IA poderia levar a uma correção abrupta nos mercados financeiros, especialmente entre empresas tecnológicas com avaliações muito elevadas.

Em 2025, esses riscos refletiram-se diretamente no comportamento dos investidores, que adotaram uma postura ambivalente: por um lado, revelaram um forte apetite por risco associado ao ciclo tecnológico — ilustrado pelo facto de a Nvidia se ter tornado a primeira empresa a atingir uma capitalização bolsista de 5 biliões de dólares, impulsionada pela rápida adoção da IA generativa; por outro, reforçaram posições em ativos de mitigação de risco, como se verificou nos máximos históricos do ouro.

As tensões comerciais persistem como ameaça, uma vez que medidas tarifárias adicionais ou contenções ao comércio de setores estratégicos - como semicondutores e minerais críticos - podem reacender incertezas e perturbar cadeias de abastecimento. A isto somam-se riscos geopolíticos, particularmente no Médio Oriente, Ucrânia, Ásia e América Latina, que podem afetar fluxos comerciais, preços de energia e estabilidade financeira.

As projeções regionais mostram um panorama desigual. Nas economias avançadas, o crescimento deverá ser moderado: os Estados Unidos deverão expandir-se 2,4% em 2026, apoiados por política fiscal e monetária menos restritivas, enquanto a área do euro

deverá crescer 1,3% em 2026, com 2027 a mostrar apenas ligeira aceleração. A China deverá crescer 4,5% em 2026, beneficiando do acordo comercial temporário com os EUA e de medidas de estímulo, mas enfrentará desaceleração posterior devido a desafios estruturais. A Índia continuará a destacar-se como uma das economias mais dinâmicas, com crescimento acima dos 6%. África Subsariana e a região do Médio Oriente e Ásia Central deverão também acelerar, sustentadas por reformas internas, recuperação da procura e aumento da produção petrolífera.



Fonte: Dados do FMI publicados em janeiro de 2026

O comércio mundial deverá abrandar significativamente, passando de um crescimento de 4,1% em 2025 para 2,6% em 2026, antes de recuperar ligeiramente em 2027. Este abrandamento decorre do ajustamento às recentes alterações nas políticas comerciais, embora as exportações ligadas à tecnologia continuem a expandir-se a um ritmo robusto.

O FMI conclui que, apesar da resiliência da economia global, esta continua exposta a múltiplos riscos e desequilíbrios. Defende, por isso, que as políticas económicas se concentrem em restaurar margens orçamentais e assegurar a sustentabilidade da dívida pública, mantendo políticas monetárias calibradas com o objetivo de preservar a estabilidade de preços.

Recomenda ainda que os países avancem com reformas estruturais, que reforcem a produtividade, a competitividade e o potencial de crescimento, ao mesmo tempo que promovem enquadramentos comerciais estáveis e previsíveis.

Finalmente, o FMI sublinha que o progresso tecnológico poderá elevar significativamente o crescimento global se for acompanhado por políticas que garantam uma transição ordenada, inclusiva e sustentada.

A atual configuração global evidencia uma rutura profunda da ordem internacional, na qual o antigo sistema baseado em regras deixou de garantir previsibilidade ou proteger as potências médias. Alguns países têm assumido a necessidade de adotar uma postura mais assertiva, reconhecendo que a interdependência económica passou a ser instrumentalizada por grandes potências através de tarifas, coerção financeira e exploração de fragilidades nas cadeias de valor.

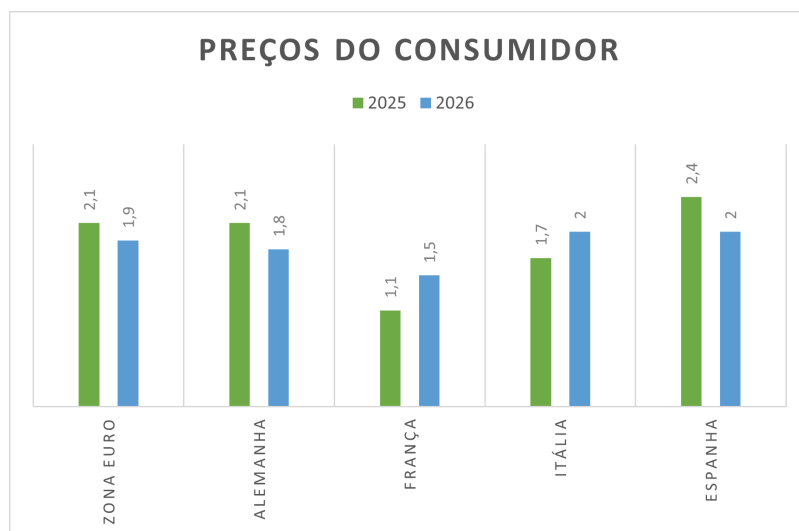
Perante este contexto, vários Estados veem como essencial avançar para uma autonomia estratégica que combine valores centrais - direitos humanos, soberania e desenvolvimento sustentável - com a capacidade material necessária para sustentar essas escolhas.

Europa

É esperado que o crescimento da Zona Euro acelere, atingindo 1,4% em 2025 e 1,2% em 2026, segundo as projeções do Banco Central e dos Bancos Centrais Nacionais. Estas previsões refletem uma economia apoiada pela melhoria das condições financeiras,

pela redução da incerteza comercial internacional e por preços de energia mais moderados.

Relativamente à inflação, a OCDE e o FMI antecipam que a tendência de descida prossiga, com a taxa a situar se em 2,1% em 2025 e a recuar para 1,9% em 2026. Os principais riscos associados a estas projeções continuam a ser a volatilidade dos preços da energia e a persistência de pressões elevadas nos serviços, que se mantêm mais resistentes à desaceleração da inflação.



Fonte: Dados do FMI do relatório Perspetivas Económicas Mundiais de outubro de 2025

A Zona Euro enfrenta desafios acrescidos num ambiente em que as tarifas, as infraestruturas financeiras e as cadeias de abastecimento podem ser usados como instrumentos de coerção, expondo dependências críticas de um bloco muito integrado e aberto ao comércio. A resposta passa por acelerar a autonomia estratégica, diversificar energia e tecnologia, fortalecer a resiliência industrial e atuar coletivamente para evitar assimetrias negociais com grandes potências.

Este novo enquadramento traz consigo maior volatilidade, incluindo a reconfiguração de cadeias produtivas, custos acrescidos ligados à segurança energética e tecnológica, pressões sobre competitividade e constrangimentos fiscais. Em paralelo, abre espaço para redefinir o papel externo do euro, fortalecendo redes de cooperação mais resilientes e reduzindo a exposição a mecanismos de coerção.

Neste contexto, ganha particular relevância o recente acordo comercial celebrado, em janeiro de 2026, entre a União Europeia e a Índia, descrito como “o maior de todos os acordos comerciais” e que cria um mercado conjunto de cerca de dois mil milhões de pessoas. O acordo elimina ou reduz tarifas sobre 96,6% das exportações europeias para a Índia e deverá duplicar o valor exportado até 2032, reforçando a cooperação económica num ambiente global marcado por tensões comerciais e geopolíticas. Este avanço contribui para mitigar riscos associados à concentração de mercados, reforça a posição estratégica da UE face à concorrência dos EUA e da China e abre novas oportunidades de expansão para as empresas europeias, que passam a beneficiar de um enquadramento comercial mais previsível e competitivo.

As empresas europeias enfrentam hoje um contexto global mais volátil, onde cadeias de valor, logística e finanças podem tornar se instrumentos de pressão geopolítica. Para garantir continuidade e competitividade, é essencial reforçar resiliência interna, diversificar fornecedores e mercados e colaborar com parceiros fiáveis que assegurem previsibilidade - um objetivo que o novo acordo UE-Índia também ajuda a concretizar ao ampliar o leque de destinos e oportunidades comerciais disponíveis para as empresas europeias.

Outros

China

Em janeiro de 2026, o FMI, na sua avaliação do cenário macroeconómico, considerou que as tensões associadas às trocas comerciais entre a China e os EUA tinham diminuído. Às disputas relacionadas com as exportações seguiu-se um acordo bilateral de suspensão das tarifas, que estará em vigor até novembro de 2026.

O impacto deste acordo foi de tal modo significativo que, a expectativa de crescimento da economia para 2026 foi revista, passando de 0,3% para 4,5%. Outro fator para esta revisão terão sido as medidas de estímulo à economia chinesa que o país prevê implementar nos próximos dois anos.

O FMI espera que a taxa de crescimento da economia desacelere para 4,0% em 2027.

EUA

Para os EUA, a OCDE prevê que o crescimento do PIB abrande para cerca de 1,8% em 2025 e entre 1,5% e 1,7% em 2026, refletindo tarifas mais elevadas, maior incerteza económica e um abrandamento no consumo e investimento.

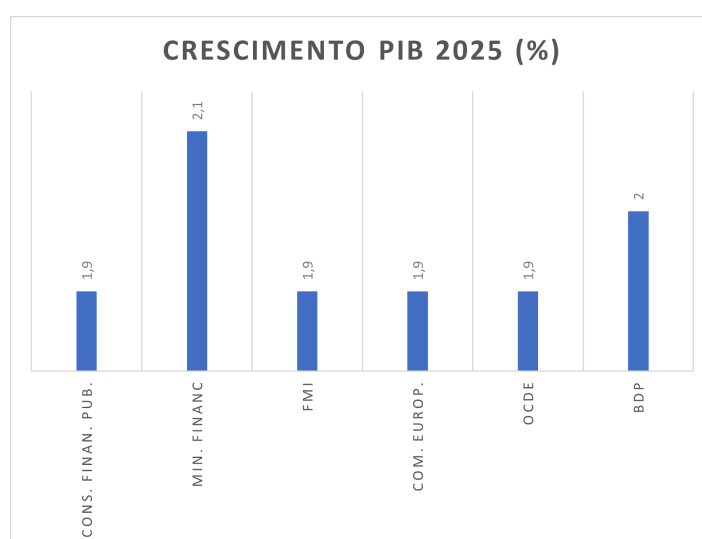
Esta incerteza reflete-se nos valores das próprias projeções. O FMI, por exemplo, assume uma posição menos conservadora e situa a expansão da economia americana nos 2,4%, para 2026.

Com os incentivos fiscais ao abrigo da One Bing Beautiful Bill Act, o FMI considera que o crescimento se manterá sólido nos 2% em 2027.

5.2 - Cenário Interno

Para Portugal, a Comissão Europeia considerou, no seu relatório de novembro de 2025, que a procura interna continuará a sustentar o crescimento económico, estimando um crescimento do PIB para 1,9% em 2025 e de 2,2% em 2026.

Esta estimativa está alinhada com a análise de outros organismos oficiais.



O Banco de Portugal projetou um Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor de 2,2% para 2025 e de 2,1% para 2026. A Comissão Europeia considera que estes níveis estão associados à estabilização dos preços da energia e à desaceleração de preços dos serviços.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se um abrandamento gradual do emprego, acompanhado pela estabilização da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos. Embora o nível de emprego deva manter uma tendência de crescimento, este será cada vez mais moderado, situando-se em 0,9% em 2026 e em 0,5% em 2027. Esta evolução reflete aumentos contidos quer na taxa de atividade, quer na população em idade ativa.

O crescimento populacional continuará a ser sustentado pela entrada de trabalhadores estrangeiros, ainda que com fluxos progressivamente menores após o pico registado em 2023. Assim, num contexto de expansão modesta da população ativa e do emprego, a taxa de desemprego deverá fixar-se, em média, nos 6,3%.

Com a aproximação do fim do período de execução do PRR, espera-se que o dinamismo do investimento, quer seja público ou privado, acelere em 2026 para abrandar em 2027, uma vez que para 2027 estão apenas previstos pagamentos residuais.

De acordo com a Comissão Europeia, espera-se que a balança de transações correntes permaneça em terreno positivo, uma vez que o forte aumento projetado no volume das importações deverá ser parcialmente compensado pela queda esperada nos preços das importações de energia em 2025 e 2026.

5.3 - Evolução previsível da sociedade

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2025.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

6 - Outras Informações

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2025.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais



Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Associação Carapeços Solidário.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Carapeços, 20 de fevereiro de 2026



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associação Carapeços Solidário

ANO: 2025

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1 - Principais políticas contabilísticas	5
4 - Ativos fixos tangíveis	8
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	8
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	8
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	9
5 - Rendimentos e gastos	10
5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	10
5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	10
5.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	10
6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	11
6.1 - Outras divulgações	11
7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	12
7.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	12
7.2 - Principais doadores / fontes de fundos	12
8 - Instrumentos financeiros	13
8.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	13
8.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor	13
8.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	13
8.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço	14
8.4.1 - Dívidas a fornecedores	14
8.4.2 - Outros Passivos Correntes	14
8.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	14
8.6 - Outras divulgações	15
9 - Benefícios dos empregados	15
9.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	15
9.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	16
9.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	16
10 - Acontecimentos após a data do balanço	17
10.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço	17
11 - Divulgações exigidas por diplomas legais	17
11.1 - Informação por atividade económica	17
11.2 - Informação por mercado geográfico	18



11.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	18
12 - Impostos e contribuições	18
12.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	18
12.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	18
13 - Fluxos de caixa	19
13.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	19

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Associação Carapeços Solidário

Número de identificação de pessoa coletiva: 513656090

Lugar da sede social: Rua da Fariota, n.º 390

Endereço eletrónico: direcaoacs.acs@gmail.com

Página da internet: www.carapeçosolidario.pt

Natureza da atividade: Atividades de ação social para pessoas idosas, sem alojamento

A Associação Carapeços Solidário tem por objetivos exercer atividades de ação social, de promoção da saúde e de ação cultural e recreativa mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção de bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades nomeadamente nos seguintes domínios:

- apoio à infância e juventude incluindo a crianças e jovens em perigo;
- apoio à família;
- apoio às pessoas idosas;
- apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- apoio à integração social e comunitária;
- proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição ou falta diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho;
- prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, disponibilização de cuidados de enfermagem e assistência medicamentosa;
- educação e formação profissional dos cidadãos;
- outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores desde que contribuam para a efectivação dos direitos sociais dos cidadãos

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As

beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na

demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	12 anos	8%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	8 anos	12,5%
Equipamento de transporte	Modelo de Custo	Método de linha reta	4 anos	25%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	3 a 7 anos	33,33%/14,3%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo de Custo	Método de linha reta	5 a 7 anos	20%/14,3%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	7.592,84	10.820,04	78.791,00	3.165,18	907,35	101.276,41
Depreciações acumuladas	3.500,36	5.037,80	64.600,13	1.663,11	794,32	75.595,72
Saldo no início do período	4.092,48	5.782,24	14.190,87	1.502,07	113,03	25.680,69
Variações do período	-852,90	2.224,11	-4.249,96	814,98	-33,12	-2.096,89
Total de aumentos	0,00	3.832,98	0,00	1.250,58	0,00	5.083,56
Aquisições em primeira mão	0,00	3.832,98	0,00	1.250,58	0,00	5.083,56
Total diminuições	852,90	1.608,87	4.249,96	435,60	33,12	7.180,45
Depreciações do período	852,90	1.608,87	4.249,96	435,60	33,12	7.180,45
Saldo no fim do período	3.239,58	8.006,35	9.940,91	2.317,05	79,91	23.583,80
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>7.592,84</i>	<i>14.653,02</i>	<i>78.791,00</i>	<i>4.415,76</i>	<i>907,35</i>	<i>106.359,97</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>4.353,26</i>	<i>6.646,67</i>	<i>68.850,09</i>	<i>2.098,71</i>	<i>827,44</i>	<i>82.776,17</i>

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	7.592,84	8.358,24	78.291,00	1.715,68	775,00	96.732,76
Depreciações acumuladas	2.972,84	3.682,99	66.256,40	1.316,15	775,00	75.003,38
Saldo no início do período	4.620,00	4.675,25	12.034,60	399,53	0,00	21.729,38
Variações do período	-527,52	1.106,99	2.156,27	1.102,54	113,03	3.951,31
Total de aumentos	0,00	2.461,80	8.000,00	1.449,50	132,35	12.043,65
Aquisições em primeira mão	0,00	2.461,80	0,00	1.449,50	132,35	4.043,65
Outras aquisições	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Total diminuições	527,52	1.354,81	5.843,73	346,96	19,32	8.092,34
Depreciações do período	527,52	1.354,81	5.843,73	346,96	19,32	8.092,34
Saldo no fim do período	4.092,48	5.782,24	14.190,87	1.502,07	113,03	25.680,69
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>7.592,84</i>	<i>10.820,04</i>	<i>78.791,00</i>	<i>3.165,18</i>	<i>907,35</i>	<i>101.276,41</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>3.500,36</i>	<i>5.037,80</i>	<i>64.600,13</i>	<i>1.663,11</i>	<i>794,32</i>	<i>75.595,72</i>

5 - Rendimentos e gastos

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços, nesta rubrica estão a ser de igual forma reconhecidas as participações recebidas por parte da Segurança Social relativas aos Acordos de Cooperação das respostas sociais Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, conforme a FAQ 39 do CNC.

- Mensalidades utilizadores - 171 234,39€
- Quotizações = 180,00€
- Acordos de Cooperação:
 - Apoio Domiciliário = 107 055,05€
 - Centro de Dia = 36 912,79€

5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	327.967,00	281.998,43
Total	327.967,00	281.998,43

5.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	46.469,39	38.875,29
Serviços especializados	27.199,96	46.767,08
Trabalhos especializados	12.608,23	30.894,82
Publicidade e propaganda	633,45	123,00
Vigilância e segurança	1.170,96	285,86
Honorários	1.531,40	1.404,50
Conservação e reparação	10.863,13	13.709,39
Outros	392,79	349,51
Materiais	18.564,15	7.943,32
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.031,05	1.568,85
Material de escritório	1.044,70	861,64
Artigos para oferta	837,18	160,00
Outros	14.651,22	5.352,83
Energia e fluidos	11.123,96	10.968,09
Eletricidade	1.377,37	1.347,99
Combustíveis	8.841,92	9.191,49
Água	904,67	428,61
Deslocações, estadas e transportes	2,62	0,00
Deslocações e estadas	2,62	0,00
Serviços diversos	9.589,73	11.088,97
Rendas e alugueres	1.808,04	1.808,04
Comunicação	1.243,11	928,05
Seguros	2.224,65	2.354,65
Contencioso e notariado	0,00	20,50
Despesas de representação	192,50	0,00
Limpeza, higiene e conforto	4.121,43	5.977,73
Total	112.949,81	115.642,75

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta o valor de 112.949,81 o que significa uma redução de 2 692,94€, cerca de 2,33% face ao ano anterior.

6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

6.1 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja

remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

- Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

2025

Proveniência dos subsídios das entidades públicas:

Subsídios à Exploração:

IEFP (1 576,20 €)

Município de Barcelos (6 129,45 €)

2024

Proveniência dos subsídios das entidades públicas:

Centro Regional Seg. Social Braga (39 083,04€)

IEFP (3 435,30€)

Município de Barcelos (14 166,20€)

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	25.000,00	17.500,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	25.000,00	17.500,00	0,00
Equipamento de transporte	25.000,00	17.500,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	9.000,00
Total	25.000,00	17.500,00	9.000,00

7.2 - Principais doadores / fontes de fundos

2025

Os donativos ascendem a 11 989,48 €, provenientes de particulares e empresas locais.

A consignação do IRS e IVA correspondeu ao valor de 2 125,73€.

2024

Os donativos ascendem a 9.108,45€, provenientes de particulares e empresas locais.

A consignação do IRS e IVA correspondeu ao valor de 13 270,93 €.

8 - Instrumentos financeiros

8.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações

8.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

A Entidade detinha Instrumentos financeiros respeitantes aos Fundos de Compensação de Trabalho, tendo sido esse montante resgatado para efeitos de Formação Profissional aos colaboradores.

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Identificação

Fundos de Compensação

8.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	1.544,34	38.580,04	40.124,38
Outras variações nos capitais próprios	1.666,67	23.333,33	25.000,00
Subsídios	1.666,67	23.333,33	25.000,00
Total	3.211,01	61.913,37	65.124,38

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	15.774,73	-14.230,39	1.544,34
Outras variações nos capitais próprios	4.635,42	-2.968,75	1.666,67
Subsídios	4.635,42	-2.968,75	1.666,67
Total	20.410,15	-17.199,14	3.211,01

As variações ocorridas no período são relativas à transferência do Resultado Líquido do Período de 2024, que foi positivo em 38 580,04€ para a rubrica de Resultados Transitados e ao reconhecimento em Rendimentos do montante de 1.666,67€ relativo à imputação de subsídios já existentes, atribuídos pelo Município de Barcelos para a aquisição de equipamentos de transporte.

8.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

De seguida apresentamos as dívidas da entidade com vencimento no prazo de 1 ano da data do Balanço.

8.4.1 - Dívidas a fornecedores

Identificação de fornecedores (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Fornecedores de Conta Corrente	1.711,40	1.767,15
Total	1.711,40	1.767,15

8.4.2 - Outros Passivos Correntes

Outras dívidas a pagar (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Adiantamento de Clientes	35,00	47,00
Credores por acréscimos de gastos - Remunerações a Liquidar	24.569,50	23.121,43
Credores por acréscimos de gastos - Fornecimentos e Serviços Externos	4.481,58	174,68
Fornecedores de investimentos	132,84	0,00
Total	29.218,92	23.332,74

8.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	7.749,04
Outros créditos a receber	7.749,04
Passivos financeiros:	30.930,32
Fornecedores	1.711,40
Outras dívidas a pagar	29.218,92
Ganhos e perdas líquidos:	-15,79
De ativos financeiros	-15,79

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	1.118,91
Clientes e utentes	549,87
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	320,00
Outros créditos a receber	249,04
Passivos financeiros:	25.110,26
Fornecedores	1.767,15
Outras dívidas a pagar	23.343,11
Rendimentos e gastos de juros:	4.000,00
De ativos financeiros	4.000,00

8.6 - Outras divulgações

Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Gastos a reconhecer	0,00	0,00
Seguros	1.713,90	1.551,54
Total de Gastos a Reconhecer	1.713,90	1.551,54
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
Total Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00

2025

Na rubrica Gastos a Reconhecer estão contempladas as seguintes rubricas:

Seguros pagos no ano de 2025 relativos a ano de 2026

9 - Benefícios dos empregados

9.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 10 e em 31 de dezembro de 2024 foi de 10.

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	10,00	10,00	17.056,40
Pessoas remuneradas	10,00	10,00	17.056,40
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	10,00	10,00	17.056,40
Pessoas a tempo completo	10,00	9,00	16.286,40
Pessoas em tempo parcial	0,00	1,00	770,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	10,00	10,00	17.056,40
Feminino	10,00	10,00	17.056,40

9.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

O mandato para o quadriénio 2024-2028 têm a seguinte composição:

Direção:

Presidente - Armindo Manuel Costa Vilas Boas
Vice-Presidente - Vítor Miguel Arantes Pombo
Secretária - Débora Cristina Martins da Fonseca
Tesoureiro - Sandra Cristina Marques Andrade
Vogal - Manuel Barbosa Silva

Conselho Fiscal:

Presidente - Isabel Maria Fernandes Duarte Pinto
1º Secretário - Elisabete Conceição Pereira Alves
2º Secretário - Águeda Puga Palma Torres Araújo

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Hélder Duarte Grácio Tomé
1º Secretário - José Correia Andrade
2º Secretário - Maria Conceição Sousa Fernandes

9.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	203.882,79	156.871,05
Remunerações do pessoal	167.988,06	131115,87
Indemnizações	363,25	0,00
Encargos sobre as remunerações	31.963,65	22.581,32
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.000,33	1.538,91
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	567,50	1.634,95
- Formação	148,45	0,00

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 06-03-2026.

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 - Informação por atividade económica

O quadro abaixo reflete a atividade por resposta social, o CAE 1 é relativo à resposta social Centro de Dia (CAE 88101), o CAE 2 é relativo à resposta social Serviço de Apoio Domiciliário (CAE 88101), o CAE 3 é relativo à resposta social Centro de Convívio (CAE 88990).

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Atividade CAE 3	Atividade CAE 4	Total
CAE	88101	88101	88990	88990	
Prestações de serviços	119.044,58	198.587,57	10.334,85	0,00	327.967,00
Fornecimentos e serviços externos	50.469,40	60.615,92	1.864,49	0,00	112.949,81
Número médio de pessoas ao serviço	0,00	5,20	4,80	0,00	10,00
Gastos com o pessoal	103.069,33	100.867,92	-54,46	0,00	203.882,79
Remunerações	85.589,80	82.606,73	-208,47	0,00	167.988,06
Outros gastos	17.479,53	18.261,19	154,01	0,00	35.894,73
Valor líquido final	23.583,80	0,00	0,00	0,00	23.583,80
Total das aquisições	2.033,42	2.948,47	101,67	0,00	5.083,56

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Atividade CAE 3	Total
CAE	88101	88101	88990	
Prestações de serviços	110.920,91	164.448,49	6.629,03	281.998,43
Fornecimentos e serviços externos	48.290,87	65.343,64	2.008,24	115.642,75
Número médio de pessoas ao serviço	12,00	0,00	0,00	12,00
Gastos com o pessoal	95.535,94	56.926,97	4.408,14	156.871,05
Remunerações	79.855,37	47.692,49	3.568,01	131.115,87
Outros gastos	15.680,57	9.234,48	840,13	25.755,18
Valor líquido final	25.680,69	0,00	0,00	25.680,69

11.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Total
Prestações de serviços	327.967,00	327.967,00
Fornecimentos e serviços externos	112.949,81	112.949,81

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mercado Interno	Total
Prestações de serviços	281.998,43	281.998,43
Fornecimentos e serviços externos	115.642,75	115.642,75
Aquisições de ativos fixos tangíveis	12.043,65	12.043,65

11.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora:

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora:

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

12 - Impostos e contribuições

12.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	28.027,23	38.580,04

12.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	393,50	0,00	926,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.815,73	0,00	1.439,26	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	3.625,10	0,00	3.296,48
Total	1.815,73	4.018,60	1.439,26	4.222,48

Os valores refletidos no Ativo o valor de 1.815,73 é relativo à restituição de IVA para as IPSS's. No Passivo o valor de 4.018,60 é relativo aos encargos com as remunerações dos colaboradores e as retenções dos trabalhadores independentes em sede de IRS.

13 - Fluxos de caixa

13.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	48,57	49.921,75	49.809,92	160,40
Depósitos à ordem	39.323,39	374.035,84	320.281,57	93.077,66
Total	39.371,96	423.957,59	370.091,49	93.238,06

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	32,05	51.167,59	51.151,07	48,57
Depósitos à ordem	1.699,50	338.963,80	301.339,91	39.323,39
Total	1.731,55	390.131,39	352.490,98	39.371,96



Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

Associação Carapeços Solidário

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	5	327.967,00	281.998,43
Subsídios, doações e legados à exploração	7	23.115,21	30.085,03
Fornecimentos e serviços externos	5	-112.949,81	-115.642,75
Gastos com o pessoal	9	-203.882,79	-156.871,05
Outros rendimentos	5	1.669,06	7.228,04
Outros gastos	5	-710,99	-125,32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		35.207,68	46.672,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-7.180,45	-8.092,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28.027,23	38.580,04
Resultado antes de impostos		28.027,23	38.580,04
Resultado líquido do período		28.027,23	38.580,04



Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

Associação Carapeços Solidário

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		340.667,16	166.187,31
Pagamentos a fornecedores		136.222,16	145.105,09
Pagamentos ao pessoal	9	149.184,77	112.208,66
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>55.260,23</u>	<u>-91.126,44</u>
Outros recebimentos/pagamentos		-14.988,96	137.227,55
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		40.271,27	46.101,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	5.866,60	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4		-8.460,70
<i>Investimentos financeiros</i>		1.961,43	
<i>Subsídios ao investimento</i>		17.500,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		13.594,83	-8.460,70
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		53.866,10	37.640,41
Caixa e seus equivalentes no início do período		39.371,96	1.731,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>93.238,06</u>	<u>39.371,96</u>



Balanço - (modelo para ESNL)
em 31-12-2025
(montantes em EURO)

Associação Carapeços Solidário

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	23.583,80	25.680,69
Outros créditos e ativos não correntes			1.961,43
		23.583,80	27.642,12
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	7.749,04	798,91
Estado e outros entes públicos	12	1.815,73	1.439,26
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	8		320,00
Diferimentos	8	1.713,90	1.551,54
Caixa e depósitos bancários	13	93.238,06	39.371,96
		104.516,73	43.481,67
Total do ativo		128.100,53	71.123,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		40.124,38	1.544,34
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	25.000,00	1.666,67
Resultado líquido do período	8	28.027,23	38.580,04
Total dos fundos patrimoniais		93.151,61	41.791,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	1.711,40	1.767,15
Estado e outros entes públicos	12	4.018,60	4.222,48
Outros passivos correntes	8	29.218,92	23.343,11
		34.948,92	29.332,74
Total do passivo		34.948,92	29.332,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		128.100,53	71.123,79